

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES À PRÁTICA EDUCATIVA

Kethley Horranna Bezerra Rolim¹
Lucélia Quaresma Duarte²

RESUMO

O presente artigo aborda a questão da diversidade étnico-racial na educação infantil, refletindo a importância de trabalhar desde as etapas iniciais os assuntos e as atividades que possam promover o respeito para as diversas etnias existentes. Apresenta as políticas educacionais relativas à diversidade étnico-racial que devem garantir o direito de todas as crianças. O objetivo deste artigo é discutir as práticas pedagógicas da educação infantil para a diversidade étnico-racial, para compreender a importância de trabalhar o reconhecimento da diversidade no âmbito escolar. A educação infantil é a base do ensino e o espaço em que a criança desenvolve suas capacidades, habilidades, interações sociais e que contribui na construção de sua identidade. Dessa forma, toda a escola deve estar envolvida e comprometida na construção de práticas baseadas no respeito. Assim, o combate ao racismo deve começar desde as etapas iniciais da formação escolar. É, portanto, indispensável as discussões e as práticas que abarquem a diversidade étnico-racial, visto que, a ausência dessas ações pode ocasionar a construção de sujeitos preconceituosos e que não respeitam as diferenças dos outros assim como em sujeitos que não possui uma aceitação de si mesmo.

Palavras-chave: Diversidade étnico-racial, Identidade, Educação infantil, Políticas educacionais.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda sobre a diversidade étnico-racial na educação infantil e por se tratar de um tema abrangente que cada vez mais vem trazendo discussões sobre as questões raciais, partimos do pressuposto do qual é importante trabalhar desde a educação infantil sobre assuntos que possam promover o respeito para as diversas etnias existentes. Neste sentido, é preciso que todas as pessoas que estejam envolvidas nesse âmbito, tenham como compromisso o desenvolvimento de práticas que promovam o respeito a diversidade. Trinidad assinala: “No espaço de educação infantil, o desenvolvimento dessas práticas pedagógicas, voltadas para o respeito à diversidade étnico-racial que caracteriza as crianças, deve ser compromisso de todos os envolvidos com a educação” (2011, p.129).

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, kethley02@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, luceliaduarte10@gmail.com.

Dessa maneira, as discussões sobre a temática diversidade étnico-racial nos espaços escolares são indispensáveis, para que toda a comunidade escolar promova práticas e atividades antirracistas, pois, as crianças mantêm interações no âmbito escolar e desde cedo elas já elaboram certos conhecimentos sobre as coisas e atitudes das pessoas com quem convivem.

O atendimento em instituições de educação infantil é um direito social das crianças, assegurado pela Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), pelo dever do Estado e da família, para garantia do processo de ensino/aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança. Portanto, a educação infantil é uma etapa fundamental para a formação das crianças e tem papel essencial para oferecer possibilidades para que todas aprendam em condições igualitárias e que possam ter acesso a uma educação pautada no respeito às diferenças, a fim de aprender a conviver e compreender a importância da existência e a valorização dos diferentes grupos étnicos.

O objetivo geral é discutir as práticas pedagógicas da educação infantil sobre diversidade étnico-racial, para compreender a importância de promover debates acerca do reconhecimento das diferenças no âmbito escolar e para o combate ao racismo e preconceito e como objetivos específicos identificar as políticas educacionais para a diversidade étnico-racial na Educação Infantil e compreender a importância de trabalhar a diversidade étnico-racial no espaço escolar.

Buscamos refletir os nossos objetivos através de pesquisa bibliográfica, partindo de análises de documentos oficiais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI 2010); a Constituição Federal de 1988; o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI 1998). Nos baseando a partir dos pensamentos e reflexões dos autores, entre eles, Trinidad (2011), Kramer (2000) Gomes (2005), Gomes e Munanga (2006), Sousa (2005), Vygotsky (1978) e Bittencourt (2006).

METODOLOGIA

Para realização deste artigo, fundamentamos as discussões na abordagem de pesquisa qualitativa, pois, tal investigação permite ao pesquisador buscar novos conhecimentos assim como possibilita uma análise reflexiva sobre contexto abordado. Quanto aos procedimentos utilizados, buscamos refletir os nossos objetivos através de uma pesquisa bibliográfica e

documental, partindo de análises de documentos oficiais e nos baseando a partir de pensamentos e reflexões de autores que contribuíram com subsídios teóricos para a investigação. O estudo teve suporte nos fundamentos teóricos de autores como Gomes e Munanga (2006), Sousa (2005), Vygotsky (1978), Trinidad (2011), entre outros.

Políticas educacionais para a diversidade étnico-racial na educação infantil

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, sendo esta definição adotada pela Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010), consistindo no atendimento de crianças nas etapas iniciais da formação escolar, oferecidas em creches e pré-escolas. É, portanto, a base do ensino pois, é o espaço em que a criança desenvolve suas capacidades e habilidades, interações sociais e contribui na construção de sua identidade. Todas as crianças têm o direito à educação, independentemente de suas diferenças sociais, características físicas e pertencimento ao seu grupo étnico-racial.

Através da Constituição Federal de 1988, fundamenta-se na promoção do bem estar de todos, sem preconceitos de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Desse modo, se referindo a esfera educacional, com base no Art.2º da Lei de Diretrizes e Bases Lei nº 9394/96 define “a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, p.9). Além disso, no Art.3º da LDB Lei nº 9394/96 institui nos incisos I, IV e XII como princípios para o ensino a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, “respeito à liberdade e apreço à tolerância” e a “consideração com a diversidade étnico-racial” (BRASIL, 1996, p.9).

De acordo com os pressupostos presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) “é dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção” (BRASIL, 2010, p. 12). Por isso, é necessário que os espaços da Educação Infantil reconheçam e considerem a diversidade entre as crianças que são pertencentes a um determinado grupo étnico-racial e a uma classe social, a fim de garantir que todas tenham as mesmas condições na educação e no processo de ensino e aprendizagem.

Desse modo, a criança é um sujeito social, ativo e histórico e devem ter seus direitos respeitados, para efeito das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação infantil a criança é

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p.12).

Nesse sentido, a criança deve ser vista como sujeito na construção de seus conhecimentos e que possui seu próprio jeito de conhecer e viver no mundo, assim destacamos a importância da Educação Infantil na perspectiva democrática, para romper com o processo histórico de exclusão de forma a promover práticas relativas à diversidade dos alunos em sala de aula e de vincular a essas práticas as experiências e saberes das crianças que já possuem conhecimentos prévios referentes ao seu pertencimento cultural, ou seja, o currículo escolar deve estar articulado às práticas culturais dos diversos grupos sociais que existem na sociedade.

Considerando que o currículo³ produz identidades e subjetividades sociais, de acordo com o Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases lei nº 9394/96:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996, p.19).

Nessa perspectiva, o currículo escolar deve ser pensado e acontecer mediante as particularidades dos alunos e da sua cultura, levando em consideração também que na organização curricular da Educação Infantil as crianças têm direitos de aprendizagens, de conhecer-se, conviver, de brincar, de explorar, de expressar-se e de participar.

Além disso, são capazes de perceberem suas características e a qual grupo étnico-racial pertencem, como apontam Gomes e Munanga, aprendemos desde crianças, a olhar a diversidade humana, ou seja, as nossas semelhanças e dessemelhanças a partir das particularidades. Entretanto, eles ainda nos apresentam que como estamos “imersos em relações de poder e de dominação política e cultural, nem sempre percebemos que aprendemos ver as diferenças de forma hierarquizada, perfeições e imperfeições, beleza e feiura, inferioridade e superioridade” (GOMES; MUNANGA, 2006, p. 178).

³ Nesse contexto compreender tal conceito se torna relevante. O currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA 2002, p.7).

Diante da reflexão de Gomes e Munanga acerca das relações de poder na sociedade e a idealização de determinadas características, muitas crianças podem gerar uma insatisfação com o seu fenótipo, ou seja, com a sua cor da pele ou dos olhos e o tipo do cabelo etc., ocasionando atitudes discriminatórias contra si mesma.

Dessa forma, percebemos que a construção identitária do sujeito começa desde a infância. A família e a escola se constituem nos primeiros espaços que são fundamentais no processo da identidade das crianças. Assim, no âmbito escolar, devem-se contemplar todas as etnias e culturas para as crianças, seja nas imagens, desenhos, histórias, contos, filmes, pois, muitas vezes só apresentam personagens de cor de pele branca, cabelos lisos e olhos claros. Sobre isso, Sousa ressalta que

[...] quando os textos, livros ou histórias se referem à pobreza, violência e outras mazelas sociais, geralmente, os negros aparecem nos personagens, nas ilustrações e no conteúdo do texto, não raro como protagonistas. [...] já nos livros de contos de fada, com príncipes, princesas e heróis, a presença negra é praticamente inexistente, predominando aí os personagens brancos, não raro loiros. E isso não passa despercebido das crianças, sejam elas negras ou brancas. (SOUSA, 2005, p.110).

Em relação à concepção da autora, é notório a importância de trazer para a sala de aula na educação infantil representações de todas as etnias, buscando livros e histórias que apresentem como referencial personagens de outras características. É preciso também buscar trabalhar com as crianças a desconstrução das imagens estereotipadas dos negros. Para Gomes

Nenhuma criança nasce preconceituosa. Ela aprende a sê-lo. Todos nós cumprimos uma longa trajetória de socialização que se inicia na família, vizinhança, escola, igreja, círculo de amizades e se prolonga em instituições profissionais ou atuando em comunidades e movimentos sociais e políticos. (GOMES, 2005, p.54)

Com base nas afirmações de Gomes, as atitudes das crianças e seus julgamentos raciais não é algo instintivo, ou seja, a criança não nasce com opiniões formadas, mas aprende mediante o contato e o convívio com o mundo adulto que pode colocar o tratamento de outras etnias de forma a conviver e respeitar ou por atos discriminatórios.

As referências da cultura negra contribuem na formação da identidade da criança negra e possibilita na compreensão das crianças brancas ao reconhecerem a existência das diversidades culturais e para desmistificar a ideia de superioridade racial que é construído nos indivíduos que findam a inferiorizar os outros grupos étnico-raciais, através de atividades e

práticas pedagógicas e para o rompimento das imagens e histórias menosprezando os negros e indígenas.

Dessa forma, o espaço escolar atribuí um papel fundamental no qual as relações culturais são determinantes na construção da identidade da criança. Referente a isto, Vygotsky nos explica que

Cada função no desenvolvimento cultural de uma criança aparece duas vezes: primeiro no nível social e mais tarde, no nível individual, primeiro entre pessoas (interpsicológico) e depois dentro da criança (intrapsicológico). Isso se aplica igualmente a toda atenção voluntária, à memória, à formação de conceitos. Todas as ações mentais superiores se originam como relações reais entre pessoas. (VYGOTSKY, 1978, p.57)

A partir da ideia de Vygostky, podemos mencionar que o desenvolvimento cognitivo de um indivíduo é dado através de sua interação social, com outras pessoas na troca de experiências culturais e com o meio em que vive e que pode ser mediada para resultar na internalização de novas aprendizagens e conceitos.

Com base na abordagem das relações culturais que tem um papel fundamental e a mediação que pode ser feita pelo professor para processos de aprendizagens, é importante propiciar momentos de interação entre os diferentes sujeitos e viabilizar referências de todos os grupos étnico-raciais para incentivar a todas as crianças para que se identifiquem, se aceitem e se respeitem.

Conforme as DCNEI as propostas pedagógicas da educação infantil devem assegurar “o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação” (BRASIL, 2010, p.21). O trabalho pedagógico deve possibilitar à criança a se apropriar e a valorizar as pluralidades de culturas existentes e que formam a cultura do Brasil. Para tanto, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI dispõe que

A pluralidade cultural, isto é, a diversidade de etnias, crenças, costumes, valores etc. que caracterizam a população brasileira marca, também, as instituições de educação infantil. O trabalho com a diversidade e o convívio com a diferença possibilitam a ampliação de horizontes tanto para o professor quanto para a criança. Isto porque permite a conscientização de que a realidade de cada um é apenas parte de um universo maior que oferece múltiplas escolhas. (BRASIL, 1998, p.77).

A partir da análise da orientação educacional, consideramos que é indispensável assumir a capacidade de inserir todas as crianças, respeitando os seus direitos e a sua

particularidade sem discriminações, para resultar no desenvolvimento de conhecimentos, contribuir na autoestima e possibilitar a aprendizagem com as diferenças. No entanto, a pluralidade cultural não deve ser trabalhada nas escolas apenas em datas comemorativas, como exemplo, dia da consciência negra ou o dia do índio, é imprescindível a discussão da diversidade étnico-racial durante todo o ano letivo.

Educação infantil e as relações étnico-raciais

A escola é o primeiro contato das crianças com o coletivo, pois, antes elas convivem apenas com a família e círculos de amizades, ou seja, quando elas entram no ambiente escolar já trazem consigo suas vivências e suas experiências. Com isso, a educação infantil passa a ser o espaço em que as crianças vão ter a oportunidade para aprender e apreender as regras de convivência e vão poder desenvolver o respeito por si e pelo outro, pois, elas vão encontrar outras crianças com diferentes vivências e também com diferentes tipos de grupos étnico-raciais. Para Kramer

Escolas, pré-escolas e creches são espaços de circulação das culturas, no plural: das tradições, costumes, e valores dos diferentes grupos, suas trajetórias, experiências, seu saber; dos conhecimentos culturais disponíveis na história de uma dada sociedade, povo, país. O que singulariza o ser humano é essa pluralidade de experiências, de valores e saberes presentes na música, na produção de objetos, nas festas civis ou religiosas, nos modos de cuidar das crianças, da terra, dos alimentos, roupas, nas trajetórias contadas pelas famílias, grupos, etnias. (KRAMER, 2000, p. 8).

Nesse aspecto, a criança desde a primeira infância já se identifica pertencente a um determinado grupo étnico-racial, elas percebem através das suas vivências os tratamentos diferenciados para os diferentes grupos étnico-raciais, particularmente brancos e negros. Segundo Trinidad “estudos realizados com crianças pequenas – escutando suas vozes – demonstram que elas, em idades mínimas, constroem suas identidades e identificações étnico-raciais baseadas em significados sociais das quais vão se apropriando por meio das vivências” (2011, p.124). Dessa forma, apesar das crianças terem pouca idade, elas possuem a capacidade de reconhecer as suas características e que possivelmente tem diferenças ou semelhanças com as outras, ou seja, a criança entende o que é ser negro ou branco.

As crianças desenvolvem interações com as outras pessoas e isso contribui na construção de novas percepções acerca do contato com as diferenças dos outros, pois esse contato com as pessoas e com o meio em que está inserida afeta de certo possibilitando novos

saberes. Nesse aspecto, as interações entre as crianças na escola devem acontecer de modo a incluir todas, sem distinção de cor, classe social e gênero.

Através das interações no ambiente escolar e por meio de atividades lúdicas as crianças aprendem novos saberes, regras e atribuem significações próprias, já que “é por meio das brincadeiras que as crianças se apropriam de significados construídos em coletivos sociais e dão a esses significados sentidos únicos que fazem únicas em seus modos de ser, sentir e agir” (TRINIDAD, 2011, p.122). Sendo assim, a escola é um espaço social no qual as crianças constroem novos valores, conhecimentos e contribui na sua identidade.

Considerando que as crianças atribuem significados as coisas e aprendem por meio de atividades pedagógicas, jogos, brinquedos e brincadeiras, no que concerne à diversidade étnico-racial, as práticas pedagógicas devem ser voltadas para o respeito entre todos os alunos e propiciar no desenvolvimento da sua identidade. Trinidad destaca:

[...] no espaço da educação infantil, a responsabilidade por cuidar e educar deve ser tanto dos profissionais auxiliares quanto da direção, da coordenação e dos professores. Cada um desempenhando seu papel pode cooperar para uma educação para a promoção da igualdade étnico-racial. Entretanto, cabe ao professor um papel especial – ele deve ser organizador, mediador e elaborador de materiais, ambientes e atividades que possibilitem às crianças a construção de formas diferenciadas de pensar, sentir e agir em relação a si e ao outro. (TRINIDAD, 2011, p. 129).

Nessa perspectiva, percebemos o quanto é importante um trabalho com o envolvimento de toda comunidade escolar para uma educação de qualidade e antirracista, baseada no respeito às diferenças. Contudo, o papel do professor se torna essencial para o processo de aprendizagem das crianças no ambiente escolar, uma vez que ele é o mediador das atividades desenvolvidas na sala de aula, cabe a ele desenvolver atividades que promova a interação, abrangendo a diversidade e o respeito em sua sala. E para isso o professor precisa estar preparado para trabalhar com a diversidade e com as diferentes realidades que chegam frequentemente nas salas de aula.

Trabalhar na educação as questões étnico-raciais é um desafio incessante, pois a sociedade é desigual e isso reflete na educação, o que acaba sendo difícil de ser desconstruído por se tratar de uma prática recorrente que acaba afetando as pessoas que se reconhecem pertencente a determinados grupos étnico-raciais.

A população negra assim como a indígena ainda sofre com a questão de sua imagem ser transmitida com inferioridade, principalmente na mídia “a qual insiste em retratar os negros, e outros grupos étnico/raciais que vivem uma história de exclusão, de maneira

indevida e equivocada” (GOMES, 2005, p.53). Com isso, é evidente as imagens de desigualdades que circulam na sociedade e pela mídia, e como esses meios afetam na maneira como as crianças aprendem sobre as diferentes etnias. Para Trinidad, as crianças

[...] aprendem que são superiores ou inferiores por meio de várias mensagens simbólicas ou, ainda, mensagens ocultas. A mídia, por exemplo, contribui para esse aprendizado quando apresenta, na maioria das vezes, apenas crianças e adultos com as seguintes características: cor de pele branca, olhos azuis e cabelos lisos. (TRINIDAD, 2011, p.128)

É muito frequente as informações das pessoas negras serem representadas em novelas somente como pobres, marginalizadas, sujas e que trabalham em empregos com baixa remuneração e a ausência de indivíduos negros como apresentadores ou interpretando os protagonistas.

Uma questão presente no espaço escolar que pode ser discutido é acerca dos livros didáticos, nos quais muitos só mostram ilustrações de crianças brancas, havendo uma ausência de representações de crianças de outras diversidades condizentes a seu grupo étnico-racial, características físicas e gênero. Porém, ainda há também uma ausência no que diz respeito às realidades das crianças, relativas à sua cultura, a sua região e ao ambiente em que vive. Em referência a isso, Bittencourt enfatiza que

[...] o livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstraram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores de grupos dominantes, generalizando temas como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa. [...] assim, o papel do livro didático na vida escolar pode ser o de instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e do estado. (BITTENCOURT, 2006, p. 72 – 73).

Contudo, seria necessário que os livros didáticos abordassem as diversas culturas e representações, em virtude de que o ensino começa com as coisas relacionadas à criança e que também precisa de referências e de ter representatividade que não seja de inferioridade, para a construção de sua identidade e contribuição na sua aceitação.

As crianças podem interpretar as mensagens que compõem o livro didático, e muitas vezes essas imagens podem atribuir significados para elas, pois “já se apropriam de significados sociais construídos histórica e culturalmente” (TRINIDAD, 2011, p. 127). Portanto, quando há a ausência de representatividade das etnias, culturas e da realidade da criança pode influenciar na maneira como elas vão entender o meio social e como vão

conviver com as diferentes pessoas, ao mesmo tempo que para as crianças negras, não vão se sentir pertencentes por não verem representações do seu grupo étnico-racial.

Os educadores da educação infantil devem se comprometer para uma reflexão sobre os assuntos, os textos e as ilustrações dos livros didáticos para as crianças, para desconstruir os conceitos ideológicos presentes nos livros que afetam determinados grupos sociais e na busca por um trabalho que contemple as diversidades culturais e étnico-raciais, resultando no ensino da valorização de todos os indivíduos.

Outra questão nos livros didáticos é a forma como representam as pessoas negras, em razão de que, as “práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil” (GOMES, 2005, p. 53). Nesse sentido, o educador tem um papel importante ao ser identificador das presenças e ausências no livro didático para trabalhar de forma correta acerca dos assuntos, como realmente devem ser ensinados na sala de aula.

Dessa forma, é imprescindível garantir uma educação que viabilize a formação cultural das crianças, gerando experiências e trocas de culturas, contemplando práticas para a convivência, para formar sujeitos críticos e aptos a viver em coletividade. As abordagens dos assuntos sobre as relações étnico-raciais devem começar desde a educação infantil, pois as crianças aprendem nos seus espaços interações – escola, família, comunidade, etc. – e constroem significados das coisas do mundo. Portanto, a escola como espaço de interação e o professor como um mediador da construção dos conhecimentos precisa buscar metodologias e estratégias para formar indivíduos capazes de respeitar as diferenças, para enfrentar a discriminação e o preconceito racial.

Para trabalhar na educação infantil exige responsabilidade com as crianças e com o seu processo de desenvolvimento, incluindo o compromisso e o respeito mediante suas especificidades. Para isso, requer aos educadores promover práticas comprometidas, possibilitando oportunidades de ensino iguais para todas as crianças independente da etnia e classe social. Nesse aspecto, emerge para os educadores a necessidade de um aporte teórico que dê de conta das relações entre a educação infantil e o mundo da criança.

Os profissionais da educação infantil devem ter um posicionamento crítico e devem reconhecer a existência das pluralidades das crianças e potencializar seu desenvolvimento. Porém, também devem reconhecer que existe o racismo, para ter a capacidade de enfrentá-lo e

de ter postura correta diante os atos discriminatórios que acontecem no ambiente escolar, trabalhando na perspectiva intercultural.

Como destaca Trinidad “educar os pequenos para a construção de interações igualitárias é o primeiro passo para que possam ter uma vida digna e identidades positivas” (2011, p. 135). É profícuo ensinar as crianças através das interações em sala de aula que não existe uma etnia e cultura superior ou inferior, de forma a valorizar todos os povos e culturas que existem na sociedade, ou seja, o professor deve sempre buscar atividades pedagógicas que atribuam significados para as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre diversidade étnico-racial na educação infantil é indispensável, por se tratar de uma temática abrangente que envolve muitas questões dentre elas o direito que todas as crianças têm de estarem inseridas na escola independente de suas diferenças físicas, sociais ou de pertencerem a um grupo étnico-racial.

Para que se tenha uma sociedade sem preconceito e antirracista é profícuo trabalhar as questões de etnia e cultura desde a base, ou seja, a partir da educação infantil para que as crianças se desenvolvam no processo de educação respeitando e sendo respeitadas, sem sua própria negação por ter a pele de uma cor diferente dos seus colegas e para que todas cresçam com a cultura do respeito.

As políticas educacionais relativas a diversidade étnico-racial para a educação infantil, assumem um papel importante para garantir o acesso à educação de qualidade para as crianças sem nenhuma distinção, promovendo o cuidar vinculado com o educar, para o seu desenvolvimento integral, respeitando-as em suas particularidades e reconhecendo as diferenças para combater a desigualdade. Portanto, as políticas públicas da educação devem considerar a cultura, a cidadania, o conhecimento e todo o contexto social, o qual as crianças estão inseridas.

Diante de uma sociedade opressora, desigual e preconceituosa, na qual o cotidiano é repleto de imagens que inferiorizam alguns grupos étnico-raciais, ou seja, são atos de discriminação que refletem também nas escolas. Porém, ainda acreditamos que a educação é o meio para desconstruir o preconceito racial para uma sociedade mais justa.

Para isso, é necessário que as escolas estejam preparadas para uma educação que respeite as diversidades dos alunos e que tenha o envolvimento de toda a comunidade escolar e com a

participação da família. Visto que isto não é tarefa fácil e que há muitos desafios a serem superados por parte da educação, requer aos educadores pensar tanto na sua formação como na organização do seu trabalho no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL, Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Brasília, MEC, 2010.

BRASIL, Casa Civil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

KRAMER, Sonia. **Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie**. OMEP, 2000.

SOUSA, Francisca Maria do Nascimento. Linguagens escolares e reprodução do preconceito. In: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. Diversidade étnico-racial: por uma prática pedagógica na Educação Infantil. In: Maria Aparecida Silva Bento. (org). **Educação Infantil: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. **De geometrias, currículo e diferenças**. Campinas: CEDES, Educação e Sociedade, a.XXIII, n.79, 2002.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (Org.). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: ícone, 1978.